



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13789 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A ERER NO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFPE

Maria da Conceição dos Reis - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Claudilene Maria da Silva - UNILAB - UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Yure Gonçalves da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

A ERER NO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFPE

Resumo: A produção apresenta um recorte da pesquisa “A Educação das Relações Étnico-Raciais nos cursos de Pedagogia da Região Nordeste”, desenvolvida nos anos de 2019 e 2022. Este trabalho focaliza a Universidade Federal de Pernambuco, discutindo os resultados encontrados sobre como se constitui a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), para atender à Lei Nº 10.639/2003 e seus documentos correlatos, no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPE. Fundamentada no Pensamento Decolonial a pesquisa adotou a metodologia da história oral. Procedemos a análise documental do PPC do curso e realizamos entrevistas com uma docente e um discente. A organização e tratamento dos dados foi orientado pela análise de conteúdo na perspectiva de Bardin. Os achados apontam a importância dos dispositivos legais para a indução da abordagem na formação inicial de professores/as, bem como a necessidade de passos mais consistentes no fomento à práticas institucionais que impulsionem uma pedagogia antirracista.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Curso de Pedagogia; Formação docente.

Introdução

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista.”

Esta célebre frase da Angela Davis, convoca-nos a sair da inércia para um estado de ação que opere e transforme a realidade de dominação excludente e antidemocrática. Afirmar que a sociedade é racista, significa denunciar toda estrutura de poder arquitetada nas assimetrias raciais e sociais; delatar um sistema de opressão que ao racializar grupos e pessoas, privilegiou uns/umas e marginalizou outros/as; também significa responsabilizar esse sistema pelas inúmeras mortes, violências, adoecimentos e constrangimentos vivenciados pelas populações inferiorizadas racialmente.

Afirmar que a sociedade é racista é também comprometer-se com o combate ao racismo presente nas práticas, políticas e instituições brasileiras. No âmbito da educação, quando a população negra começa a conquistar direitos e passa a se inserir no ambiente escolar, descobre que a escola é uma das responsáveis pela manutenção das desigualdades raciais. Favorece uma prática pedagógica de exclusão e uma educação eurocentrista que nega e desqualifica a história e a cultura africana e afro-brasileira; (SANTIAGO; SILVA; SILVA, 2010); (MONTEIRO, 2012); (GOMES; JESUS, 2013).

Na esteira de ações antirracistas emergem documentos normativos, tais quais: a Lei N° 10.639/2003; o parecer CNE/CP N° 03/2004; A resolução CNE/CP N.º 02/2015 a Lei N.º 11.645/2008; e a Lei N.º 12.288, buscando produzir uma educação para as relações étnico-raciais, que equilibre as relações entre pessoas de diversas raças/etnias.

Guiados/as por esse percurso apresentaremos um recorte da pesquisa: “Educação das Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Pedagogia da Região Nordeste”, desenvolvida sob a coordenação do Laberer/UFPE (2019-2022). O trabalho focaliza, a Universidade Federal de Pernambuco, discutindo resultados encontrados sobre como se constitui a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), para atender à Lei N° 10.639/2003 e seus documentos correlatos, no curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPE.

Procedimentos Teórico-Metodológicos

A base teórico-metodológica da pesquisa foi pautada no Pensamento Decolonial, que questiona o eurocentrismo como protagonista dos modos de Ser, Saber e Poder, ao tornar a experiência local europeia, em história universal. Problematiza a relação colonialidade/modernidade, questionando a existência de uma História Única e destaca as lutas e histórias das populações ancestrais negras e indígenas (SILVA, 2019).

Metodologicamente, para (re)construir o percurso das memórias e das histórias do Curso de Pedagogia do CE/UFPE, no tocante a ERER, adotamos a história oral. Alberti

(2013) e Meihy (2015), destacam que o principal recurso da história oral é sua identificação com a “outra história”. Se propõe visibilizar memórias e histórias que constantemente é ou foi silenciada nos espaços sociais e educacionais.

Realizamos a análise do Projeto Pedagógico do Curso, para identificar como a EREER aparece no PPC. Em seguida, realizamos entrevistas com uma docente e um discente a fim de apreender suas percepções sobre a inserção da EREER no curso. Na organização, produção e análise dos dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo (AC) de Bardin (2011). O texto evidencia as análises do PPC, bem como experiências e olhares docente e discente sobre a constituição e trato pedagógico da EREER no Curso de Pedagogia do CE/UFPE.

O que nos diz o PPC de Pedagogia da UFPE, quando se trata de Educação das Relações Étnico-Raciais?

O Projeto Pedagógico do Curso em vigência durante a análise da pesquisa foi aprovado no ano de 2007. A cerca da formação do pedagogo, reforça que “enquanto profissional atua no âmbito da construção de conhecimentos, saberes, significados e sentidos e também como produtor de subjetividades multidimensionais de classe, gênero, raça, sexualidade, etnia e geração” (UFPE – PPC, 2007, p. 14). Embora a legislação antirracista já estivesse em vigor, a Lei nº 10.639/2003 e seus documentos correlatos não são mencionados no PPC.

A análise do PPC revelou que no atual perfil do curso (N.º 1322), encontramos dois componentes curriculares eletivos que contemplam essa temática, são eles: *Educação e relações étnico-raciais no Brasil* e *Educação em Africanidade e Afrodescendências*. Infelizmente, não há no referido documento ementários e referências para serem trabalhados nas citadas disciplinas. Desse modo, só podemos inferir que houve a intenção de colocar o debate na formação do pedagogo no referido Curso. Contudo, é importante lembrar que são componentes eletivos, pode ocorrer de os egressos desse Curso não tenham tido aproximação com esse conhecimento.

No texto não encontramos referência que pudéssemos afirmar que há o fortalecimento da cultura africana e afro-brasileira. Entretanto, a presença dos componentes curriculares indica que há um debate que tenciona a instituição do trato pedagógico da temática.

O olhar docente sobre a EREER no curso de Pedagogia da UFPE

Evocando memórias a professora destaca três aspectos importantíssimos da história da EREER nesse curso: em 2000, acontece o I Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as

Negros/as (COPENE) sediado na UFPE, evento no qual foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Na avaliação da entrevistada “... esse foi um importante passo para ampliar a discussão sobre EREER não só no curso de Pedagogia, mas no CE, na UFPE e para além dela”.

A política de cotas ampliou o acesso de pessoas negras e indígenas na universidade e segundo a docente “emergiram mais discentes interessados/as em EREER, produzindo pesquisa (trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado) e extensão”.

A falta de incentivo financeiro às pesquisas foi identificada como um dos elementos limitantes, conforme afirma: “...nunca tive uma bolsa para desenvolvimento de PIBIC aprovada. Essa situação se repete com outros/as docentes. (...) é preciso questionar qual a relevância e valorização atribuída pelos pares que analisam os projetos do PIBIC quando se trata da temática EREER”.

Esses apontamentos nos inquietam porque dizem da experiência de uma docente negra num cenário, que ainda secundariza a produção do saber científico sobre EREER. Também nos amplia a reflexão sobre a importância de trabalharmos em rede e articulação para potencializarmos o impacto da produção sobre a temática em nossas instituições de ensino.

Olhando especificamente para a UFPE, revela por exemplo, o distanciamento que ainda temos entre os processos formativos dos cursos de graduação e pós-graduação. Enquanto o programa de pós-graduação em educação da UFPE no ano de 2010 evidenciava sua produção sobre educação e relações raciais (SANTIAGO; SILVA e SILVA 2010), o curso de pedagogia do mesmo Centro de Educação, ainda dava os primeiros passos na instituição do trato pedagógico da temática em seu projeto curricular.

Referente a pesquisa, no Curso de Pedagogia, a docente lembrou ainda que num cenário otimista, têm-se em média, a cada semestre, três ou quatro temáticas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais nos TCCs, o que é um número baixo considerando a quantidade de trabalhos produzidos. Todavia, esse número cresce, pela entrada de novos/as docentes que também são especialistas em EREER.

No tocante ao ensino, a docente destacou que as temáticas de educação da população negra e indígena ainda emergem com mais força durante os meses de abril e novembro. Nesses períodos são realizadas mobilizações e articulações para executar ações transitórias nas diversas ambiências educacionais.

Em relação à extensão, a docente apontou três grupos que desenvolvem atividades com a temática EREER, são eles: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB); o Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação (GEPAR); e o Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais (Laberer).

O olhar discente sobre a EREER no curso de Pedagogia do CE/UFPE

O olhar discente também nos trouxe apontamentos importantes para compreendermos o lugar da EREER no curso de Pedagogia do CE/UFPE, bem como a sua importância na formação acadêmica. Destacamos:

“Eu sou o primeiro da minha família a ocupar uma universidade pública. (...) Eu descobri minha negritude na universidade [...] fortaleci meu pertencimento étnico no Laberer”. O depoimento diz da importância dos grupos de estudos para o aquilombamento de estudantes negros/as no ensino superior. Sua fala reflete a vivência de muitos/as discentes negros/as, quando alcançam o ensino superior público. Uma realidade que se tornou mais habitual graças a implementação de políticas públicas de ações afirmativas.

Uma outra problemática mencionada pelo estudante é a situação atípica do estudante do turno noturno, o estudante aponta: “não tive condições de cursar os componentes eletivos da temática EREER pela manhã ou tarde e dificilmente essas disciplinas são ofertadas à noite”.

Esses elementos reforçam nossa preocupação com relação a presença e constância dessa temática no Curso de Pedagogia da UFPE; entretanto, também demonstra a importância do trabalho desenvolvido por docentes e grupos para o letramento racial e construção da identidade dos/as discentes e docentes.

Avanços e Limites na Constituição da EREER no Curso de Pedagogia do CE/UFPE

A escuta da docente e do discente da instituição nos ajuda a entender que embora a temática ainda não esteja presente no Projeto Pedagógico do Curso há ações pontuais de docentes e grupos de pesquisas que contribuí significativamente para a aprendizagem da temática e tem fortalecido e ampliado a discussão sobre educação e relações étnico-raciais no âmbito do Curso de Pedagogia do CE/UFPE.

Lembrou a docente que no ano de 2010, a partir das coordenações, colegiado e departamentos do CE, iniciou-se a mobilização e sensibilização de docentes, técnicos/as e discentes para a reestruturação do PPC de Pedagogia. Tal movimento se acentuou com a aprovação da Resolução N.º 2, de 1º de julho de 2015, instrumento jurídico que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Todos esses acontecimentos, somados às articulações políticas de docentes pesquisadores/as da temática ERER, contribuíram para que em 2019, acontecesse um movimento para a mudança do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do CE/ UFPE, culminando na indicação do componente curricular “Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil” como disciplina obrigatória no próximo perfil do curso. Contudo, o processo teve sua implementação travada pela publicação da Resolução CNE/CP N.º 02/2019, que alterara o conteúdo da Resolução de 2015.

Revelando como avanços e retrocessos institucionais e constitucionais permeiam essa trajetória política e tencionam o PPC de pedagogia do Centro de Educação da UFPE.

Considerações Finais

A despeito de todo o esforço produzido por alguns/as atores e atrizes do Centro de Educação da UFPE, para inserir a temática de ERER no curso de Pedagogia, ainda se fazem necessários esforços que sejam coletivos, departamentais e institucionais para fortalecer a presença da ERER alicerçada no ensino, pesquisa e extensão.

A análise do Projeto Pedagógico do Curso revelou que não há a presença constante das temáticas de ERER de forma transversalizada e interdisciplinar, perpassando as componentes curriculares.

A partir da vivência da docente foi possível perceber os atravessamentos do racismo e suas manifestações institucionais e epistêmicas na trajetória profissional de docentes negras/os na universidade. Também foi possível observar nas trajetórias aqui registradas a importância dos grupos de estudos e pesquisas para o acolhimento e fortalecimento das pessoas negras no espaço acadêmico. Considerando a vivência do estudante foi possível analisar a importância de experimentar processos educativos que contemplem a ERER e como a experiência contribuiu para a reafirmação de sua identidade racial.

Considerando os achados é possível afirmar que o curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPE ainda necessita dar passos mais sólidos na direção de fortalecer a presença da Educação Relações Étnico-Raciais em seu projeto pedagógico, bem como nos processos educativos dos/as discentes em de formação inicial.

Referências

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DAVIS, A. **Woman, race and class**. Londres: The Women's Press, 1983.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013

MEIHY, J. C. S. B. **História Oral e Identidade** - Caipira, espelho, espelho meu? Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 1, p. 411-425, 2015.

MONTEIRO, Rosana Batista. Formação inicial de profissionais da educação para as relações étnico-raciais: o currículo prescrito e o vivido. In: Maria Isabel de Almeida. (Org.). **Políticas educacionais e impactos na escola e na sala de aula**. 1ed. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012, v. 1, p. 1024-1036.

SANTIAGO, E; SILVA, D; SILVA, C. (Org.). **Educação, Escolarização e identidade Negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, M. C. A **Volta Inversa na Árvore do Esquecimento e nas Práticas de Branqueamento: práticas pedagógicas escolares em história e cultura afro-brasileira**. Curitiba: CRV, 2019.